

TERAPIA OCUPACIONAL COM ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO, AUTONOMIA E INCLUSÃO ESCOLAR

Lucimar Graf¹

E-mail:lucimar.graf@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute as contribuições da Terapia Ocupacional para a inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial, considerando a participação, a autonomia, a acessibilidade e o desempenho ocupacional nas atividades escolares e cotidianas. O estudo tem como objetivo analisar de que modo o terapeuta ocupacional pode favorecer a identificação de barreiras e a construção de estratégias que ampliem o envolvimento dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou outras necessidades educacionais específicas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em produções científicas da Terapia Ocupacional, da Educação Inclusiva e em documentos legais brasileiros. O desenvolvimento aborda a escola como espaço de ocupações significativas, destacando avaliação ocupacional, tecnologia assistiva, adaptações ambientais e curriculares, trabalho colaborativo com professores, Atendimento Educacional Especializado, família, saúde mental, regulação sensorial e projetos pedagógicos inclusivos. Conclui-se que a Terapia Ocupacional não substitui o trabalho docente, mas fortalece as práticas pedagógicas ao propor recursos, mediações e adaptações capazes de promover pertencimento, aprendizagem, participação social e desenvolvimento integral dos alunos. A reflexão reforça a necessidade de ações interdisciplinares, planejamento acessível e compromisso institucional para transformar a inclusão em experiência cotidiana, ética, democrática e humanizadora em todos os espaços e tempos escolares.

Palavras-chave: terapia ocupacional; educação especial; inclusão escolar; alunos com deficiência; participação ocupacional.

ABSTRACT

This article discusses the contributions of Occupational Therapy to the school inclusion of students who are the target audience of Special Education, considering participation, autonomy, accessibility, and occupational performance in school and everyday activities. The study aims to analyze how occupational therapists can support the identification of barriers and the construction of strategies that expand the engagement of students with disabilities, developmental disorders, high abilities, or other specific educational needs. It is a bibliographic study with a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on scientific literature in Occupational Therapy, Inclusive Education, and Brazilian legal documents. The development addresses the school as a space of meaningful occupations, highlighting occupational assessment, assistive technology, environmental and curricular adaptations, collaborative work with teachers, Specialized Educational Assistance, family involvement, mental health, sensory regulation, and inclusive pedagogical projects. The study concludes that Occupational

¹ Cursando Bacharel em Terapia Ocupacional

Therapy does not replace teaching work, but strengthens pedagogical practices by proposing resources, mediation, and adaptations capable of promoting belonging, learning, social participation, and the integral development of students. The reflection reinforces the need for interdisciplinary actions, accessible planning, and institutional commitment to transform inclusion into a daily, ethical, democratic, and humanizing experience in all school spaces and times through collaborative educational practices.

Keywords: occupational therapy; special education; school inclusion; students with disabilities; occupational participation.

1 INTRODUÇÃO

A escola inclusiva exige práticas pedagógicas e terapêuticas capazes de reconhecer a diversidade dos estudantes e de organizar condições reais de participação, aprendizagem, autonomia e convivência. Nesse cenário, os alunos da Educação Especial podem apresentar diferentes necessidades relacionadas à comunicação, coordenação motora, regulação sensorial, interação social, mobilidade, organização da rotina, desempenho nas atividades escolares e participação nos projetos desenvolvidos pela escola. A Terapia Ocupacional, ao considerar o estudante em suas ocupações cotidianas, pode contribuir para que o ambiente escolar se torne mais acessível, funcional e acolhedor.

Embora a legislação e os discursos educacionais defendam a inclusão escolar, muitas instituições ainda enfrentam dificuldades para garantir a participação plena de alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou outras necessidades educacionais específicas. A presença do aluno na escola comum nem sempre assegura sua participação efetiva nas atividades de aprendizagem, nos projetos pedagógicos, nas brincadeiras, nos momentos de socialização e nas atividades de vida diária realizadas no cotidiano escolar. Diante disso, este artigo parte da seguinte problemática: de que maneira a Terapia Ocupacional pode contribuir para a inclusão, a autonomia e a participação de alunos da Educação Especial no contexto escolar?

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão sobre as contribuições da Terapia Ocupacional no campo educacional, especialmente junto aos alunos da Educação Especial. A escola é um espaço de formação humana, social e cultural, e precisa organizar estratégias que favoreçam o acesso ao currículo, a permanência, o pertencimento e o desenvolvimento integral dos

estudantes. Ao relacionar a Terapia Ocupacional com a realidade escolar, torna-se possível refletir sobre adaptações, recursos de acessibilidade, tecnologia assistiva, orientação aos professores, apoio às famílias e fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas.

O objetivo geral deste artigo é analisar as contribuições da Terapia Ocupacional para a inclusão escolar de alunos da Educação Especial, considerando a participação, a autonomia, a acessibilidade e o desenvolvimento das atividades escolares e cotidianas.

Os objetivos específicos consistem em: compreender o papel da Terapia Ocupacional no contexto escolar; discutir a importância da avaliação ocupacional para identificar barreiras e potencialidades dos estudantes; apresentar possibilidades de intervenção terapêutica ocupacional em atividades pedagógicas, lúdicas e de vida diária; refletir sobre a tecnologia assistiva, as adaptações e a acessibilidade no processo de inclusão; e relacionar a atuação colaborativa do terapeuta ocupacional com professores, equipe pedagógica, Atendimento Educacional Especializado e família.

Este artigo caracteriza-se como um estudo de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e finalidade exploratória e descritiva. A elaboração do texto foi realizada a partir da análise de produções científicas, legislações educacionais e materiais relacionados à Terapia Ocupacional, Educação Especial, inclusão escolar, acessibilidade e tecnologia assistiva.

A estrutura do artigo está organizada em três partes principais. Inicialmente, apresenta-se a introdução, contemplando a contextualização do tema, a situação-problema, a justificativa, os objetivos e a metodologia. Em seguida, desenvolve-se a fundamentação teórica e a discussão sobre a Terapia Ocupacional no contexto da Educação Especial, destacando avaliação, intervenção, acessibilidade, tecnologia assistiva, trabalho colaborativo e projetos pedagógicos inclusivos.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, retomando as principais contribuições do estudo e apontando a relevância da atuação terapêutica ocupacional para uma escola mais inclusiva, participativa e comprometida com o desenvolvimento integral dos alunos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação Especial, inclusão e direito à participação escolar

A Educação Especial, na perspectiva inclusiva, deve ser compreendida como modalidade transversal que apoia o acesso, a permanência, a aprendizagem e a participação dos estudantes públicos da Educação Especial na escola comum. Mantoan (2015) defende que a inclusão exige romper com práticas homogeneizadoras e reconhecer que a diferença é constitutiva da vida escolar. Nessa reflexão, a Terapia Ocupacional contribui ao deslocar o olhar do déficit individual para as barreiras presentes nas atividades, nos espaços, nos materiais, nas relações e nas expectativas dirigidas ao aluno.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva afirma que a escola precisa organizar respostas pedagógicas capazes de atender às especificidades dos estudantes (BRASIL, 2008). Essa diretriz aproxima-se da leitura ocupacional, pois participar da escola não significa apenas estar matriculado, mas conseguir envolver-se nas tarefas, nas brincadeiras, nas interações e nos projetos coletivos. Para a Terapia Ocupacional, cada ocupação escolar deve ser analisada considerando o aluno, a atividade e o ambiente, evitando que a deficiência seja vista como impedimento absoluto.

A Base Nacional Comum Curricular orienta uma formação humana integral, democrática e inclusiva, comprometida com o desenvolvimento de competências para a vida social (BRASIL, 2018). Essa orientação permite refletir que a aprendizagem não ocorre apenas por meio de conteúdos formais, mas também em experiências de cooperação, cuidado, comunicação e resolução de problemas. Assim, quando um estudante necessita de rotina visual, tempo ampliado, recurso de comunicação ou adaptação de material, a escola não está facilitando indevidamente a tarefa, mas garantindo condições equitativas para aprender.

Sasaki (2009) destaca que a inclusão pressupõe acessibilidade em diferentes dimensões, como arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Essa reflexão é essencial para compreender que o direito à participação escolar depende de mudanças concretas no cotidiano institucional. A Terapia Ocupacional dialoga com essa concepção ao propor ajustes ambientais,

recursos de tecnologia assistiva, mediação de atividades e orientação aos profissionais. Desse modo, a presença física do aluno transforma-se em participação real quando há pertencimento, autonomia, interação e reconhecimento de suas potencialidades.

2.2 Fundamentos da Terapia Ocupacional no contexto escolar

A Terapia Ocupacional compreende a ocupação como eixo estruturante da vida humana, envolvendo atividades que as pessoas precisam, desejam ou são esperadas a realizar em determinados contextos. A American Occupational Therapy Association define o domínio profissional a partir das ocupações, habilidades de desempenho, padrões, contextos e fatores do cliente (AOTA, 2020). No contexto escolar, essa perspectiva permite analisar a escrita, o brincar, a alimentação, a locomoção, a comunicação e a convivência como ocupações significativas, e não como tarefas isoladas ou meramente motoras.

A World Federation of Occupational Therapists afirma que a atuação escolar do terapeuta ocupacional deve favorecer participação, aprendizagem, saúde e bem-estar de crianças e jovens (WFOT, 2016). Essa orientação amplia a função do profissional, que não deve restringir-se ao atendimento clínico individualizado, mas colaborar com a equipe escolar na identificação de barreiras. A reflexão central é que a escola é um ambiente de desenvolvimento ocupacional, onde o estudante constrói papéis, hábitos, autonomia, vínculos e formas de participação social.

Pereira, Borba e Lopes (2021) apontam que a Terapia Ocupacional pode atuar tanto na escola quanto para a escola, articulando ações diretas com estudantes e ações institucionais voltadas à formação, assessoria e produção de acessibilidade. Essa compreensão é relevante porque a inclusão não se sustenta apenas por intervenções pontuais. Ela demanda planejamento coletivo, revisão de práticas pedagógicas, diálogo com professores e construção de redes de apoio. O terapeuta ocupacional, portanto, contribui para que as demandas individuais se transformem também em aprendizagem institucional.

A Lei Brasileira de Inclusão reforça uma concepção biopsicossocial da deficiência ao considerar a interação entre impedimentos e barreiras (BRASIL, 2015). Nessa direção, a Terapia Ocupacional não busca apenas adaptar o aluno à escola, mas

também adaptar a escola às necessidades de participação do aluno. Uma dificuldade de escrita, por exemplo, pode envolver aspectos motores, mas também mobiliário inadequado, excesso de cópia, ausência de recurso digital, dor, fadiga ou baixa motivação. O foco profissional passa a ser a funcionalidade em contexto.

2.3 Avaliação ocupacional: compreender o aluno em atividade

A avaliação ocupacional no contexto escolar precisa observar o estudante em atividade, considerando como ele realiza tarefas, interage com colegas, utiliza materiais e responde às demandas do ambiente. AOTA (2020) orienta que a análise ocupacional considere a relação entre pessoa, ocupação e contexto. Assim, testes isolados podem oferecer informações importantes, mas não substituem a observação da participação real em sala, no pátio, no banheiro, no refeitório, em projetos pedagógicos e nas transições da rotina escolar.

Em escolas que desenvolvem projetos educacionais inclusivos, a avaliação ocupacional pode aproveitar situações práticas de aprendizagem, incluindo atividades pedagógicas, lúdicas, corporais, tecnológicas e de cuidado com o ambiente. Essas experiências favorecem a observação do estudante em contextos reais de participação, permitindo analisar planejamento motor, atenção, cooperação, autonomia, comunicação e resolução de problemas. A reflexão terapêutica ocupacional é que a avaliação se torna mais significativa quando considera o aluno em atividades concretas, vinculadas ao cotidiano escolar, e não apenas em tarefas descontextualizadas.

Calheiros et al. (2024) evidenciam a importância do planejamento e da avaliação das ações de terapeutas ocupacionais em redes de apoio à inclusão escolar. Essa contribuição reforça que avaliar não é apenas identificar dificuldades, mas construir caminhos de intervenção junto à escola. O terapeuta ocupacional precisa reconhecer fatores pessoais, como habilidades motoras, sensoriais, cognitivas e emocionais, e fatores ambientais, como ruído, mobiliário, tempo, linguagem, materiais, atitudes e expectativas. A participação surge da compatibilidade entre essas dimensões.

Souza, Prado e Rocha (2022) destacam que as narrativas de educadores sobre inclusão escolar oferecem indicações importantes para a Terapia Ocupacional no campo da educação. A escuta de professores, famílias, estudantes e profissionais do

AEE permite compreender a história do aluno, suas preferências, interesses, barreiras e estratégias já utilizadas. Nesse sentido, a avaliação é um processo compartilhado, não uma conclusão individual do especialista. Seu resultado deve orientar intervenções funcionais, viáveis e coerentes com a rotina escolar.

2.4 Tecnologia assistiva, acessibilidade e adaptação de atividades

A tecnologia assistiva é fundamental para promover funcionalidade, autonomia e participação dos alunos da Educação Especial. A Lei Brasileira de Inclusão reconhece recursos, produtos, estratégias, práticas e serviços voltados à ampliação da funcionalidade da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015). No ambiente escolar, isso pode incluir engrossadores de lápis, pranchas de comunicação, mobiliário adaptado, softwares acessíveis, objetos concretos, recursos visuais e materiais com alto contraste. A Terapia Ocupacional contribui ao selecionar, adaptar, treinar e acompanhar o uso desses recursos.

Galvão Filho (2009) ressalta que a tecnologia assistiva não pode ser reduzida ao equipamento, pois envolve apropriação, contexto de uso e participação efetiva. Essa reflexão é essencial na escola: um recurso só funciona quando o estudante o aceita, o professor sabe utilizá-lo, os colegas compreendem sua função e a rotina permite sua utilização. Uma prancha de comunicação, por exemplo, perde potência se o aluno não recebe tempo para responder. Portanto, a tecnologia assistiva precisa estar integrada à prática pedagógica.

A adaptação de atividades deve ser compreendida como estratégia de acessibilidade curricular, e não como redução da aprendizagem. Sasaki (2009) contribui ao mostrar que a acessibilidade metodológica e instrumental é parte da inclusão. Em uma atividade de jardinagem, por exemplo, o aluno pode participar segurando ferramentas adaptadas, registrando imagens, organizando materiais, comunicando descobertas ou observando etapas com apoio visual. O importante é manter o sentido pedagógico da proposta, preservando desafio, pertencimento e possibilidade de produção.

A WFOT (2016) orienta que a intervenção do terapeuta ocupacional em escolas seja construída de modo colaborativo, considerando as necessidades dos estudantes

e os objetivos educacionais. Por isso, as adaptações precisam ser simples, sustentáveis e compreendidas pela equipe. Nem sempre a melhor solução é a mais cara ou tecnológica; muitas vezes, reorganizar o espaço, reduzir estímulos, modificar instruções ou oferecer alternativas de resposta já amplia a participação. A reflexão central é que acessibilidade é planejamento, não improvisado.

2.5 A Terapia Ocupacional e o trabalho colaborativo com professores e AEE

A inclusão escolar depende de trabalho colaborativo, pois nenhum profissional responde sozinho à complexidade das necessidades dos alunos da Educação Especial. Pereira, Borba e Lopes (2021) ressaltam que a Terapia Ocupacional no campo educacional envolve ações articuladas com professores, famílias, gestão e serviços de apoio. Essa perspectiva rompe com a ideia de encaminhar o aluno para ser corrigido fora da sala e fortalece a construção de estratégias dentro da rotina escolar, onde as dificuldades e potencialidades aparecem concretamente.

Calheiros et al. (2024) analisam a atuação de terapeutas ocupacionais em rede de apoio à inclusão e destacam a relevância do planejamento, da implementação e da avaliação compartilhada. Essa reflexão é importante porque as estratégias inclusivas precisam ser acompanhadas, ajustadas e registradas. O terapeuta ocupacional pode observar uma atividade, propor adaptações, dialogar com o professor, acompanhar o uso do recurso e verificar se houve aumento de participação. A colaboração transforma a intervenção em processo contínuo, não em orientação isolada.

Souza, Prado e Rocha (2022) mostram que os educadores expressam dúvidas, tensões e necessidades diante da inclusão escolar, o que evidencia a importância da escuta e da formação continuada. A Terapia Ocupacional pode contribuir com estudos de caso, oficinas, orientações sobre comunicação alternativa, regulação sensorial, organização de rotina, adaptação de atividades e autonomia. Essa formação não deve culpabilizar o professor, mas apoiá-lo na construção de alternativas possíveis. Incluir também significa cuidar das condições de trabalho da equipe escolar.

A articulação com o Atendimento Educacional Especializado é estratégica, pois o AEE atua de modo complementar e suplementar à escolarização comum (BRASIL, 2008). O terapeuta ocupacional pode dialogar com esse serviço para pensar recursos,

acessibilidade, plano de participação e funcionalidade nas atividades diárias. Quando professor regente, AEE e Terapia Ocupacional planejam juntos, reduz-se a fragmentação das ações. A reflexão principal é que a inclusão precisa ser projeto institucional, e não responsabilidade solitária de um profissional ou de uma família.

2.6 Projetos pedagógicos inclusivos: possibilidades de participação

Os projetos pedagógicos inclusivos representam possibilidades importantes para ampliar a participação de alunos da Educação Especial no cotidiano escolar. Quando planejados com intencionalidade, esses projetos favorecem experiências de cooperação, comunicação, autonomia, responsabilidade e aprendizagem ativa. Para a Terapia Ocupacional, tais práticas são oportunidades de participação ocupacional, pois envolvem ação concreta, tomada de decisão, construção de vínculos e envolvimento do estudante em situações significativas de aprendizagem.

A BNCC valoriza a formação integral, a sustentabilidade, a responsabilidade e a participação social (BRASIL, 2018). Esses princípios podem ser vivenciados em diferentes projetos escolares, como atividades de investigação, cuidado com o ambiente, uso de tecnologias, jogos cooperativos, oficinas criativas e ações de convivência. A reflexão terapêutica ocupacional é que o projeto pedagógico deve ser entendido como recurso educativo e inclusivo, capaz de acolher diferentes formas de aprender, comunicar, agir e participar.

AOTA (2020) afirma que os contextos e ambientes influenciam diretamente o desempenho ocupacional. Assim, projetos que envolvem movimento, produção coletiva, experimentação, recursos visuais, materiais concretos e diferentes linguagens podem favorecer múltiplas formas de engajamento. Um aluno com dificuldade em tarefas escritas, por exemplo, pode demonstrar competência ao organizar materiais, registrar imagens, participar oralmente, utilizar recursos digitais ou colaborar com colegas. Essa leitura amplia o conceito de aprendizagem e evita reduzir o estudante aos resultados de atividades escolares tradicionais.

A WFOT (2016) reforça que a prática escolar em Terapia Ocupacional deve promover participação e pertencimento. Nos projetos pedagógicos inclusivos, isso significa planejar funções reais para todos os estudantes, evitando que alguns

permaneçam apenas como observadores. Podem ser previstas tarefas de organização, registro, comunicação, produção, cuidado com materiais, apoio entre pares e apresentação dos resultados. A reflexão é que incluir é distribuir oportunidades significativas de participação, respeitando as necessidades e potencialidades de cada aluno.

2.7 Desempenho ocupacional, autonomia e atividades de vida diária na escola

O desempenho ocupacional escolar envolve mais do que conteúdos acadêmicos. AOTA (2020) compreende as atividades de vida diária, a educação, o brincar, o lazer e a participação social como áreas ocupacionais relevantes. Na escola, isso aparece em ações como guardar mochila, circular pelos espaços, lavar as mãos, alimentar-se, usar o banheiro, pedir ajuda, organizar materiais e participar do recreio. A Terapia Ocupacional observa essas atividades para propor apoios que favoreçam autonomia, segurança e participação cotidiana.

A autonomia deve ser construída de modo ético e progressivo. WFOT (2016) orienta que a prática escolar apoie a participação da criança em ocupações relevantes para sua vida. Isso significa evitar tanto a superproteção quanto a exigência sem suporte. Um aluno pode necessitar de pistas visuais para organizar a rotina, adaptação no fecho da mochila, apoio postural ou divisão da tarefa em etapas. Pequenas conquistas, quando reconhecidas pela equipe e pelos colegas, fortalecem autoestima, pertencimento e percepção de competência.

Little, Cohen e Tomchek (2023) discutem intervenções voltadas à participação social de crianças e adolescentes autistas em escolas, destacando a importância das interações em contextos reais. Essa reflexão é relevante para compreender o brincar e o recreio como ocupações centrais. Alunos da Educação Especial podem ser excluídos de brincadeiras por barreiras motoras, comunicacionais, sensoriais ou atitudinais. A Terapia Ocupacional pode orientar jogos cooperativos, adaptação de brinquedos, mediação entre pares e organização de ambientes menos excludentes.

Jeong (2024), ao analisar um programa escolar de Terapia Ocupacional com crianças com deficiência, aponta contribuições para atenção, adaptação escolar, processamento sensorial e função motora. Embora cada contexto exija análise própria,

esse estudo reforça que habilidades funcionais podem melhorar quando a intervenção está conectada à rotina da escola. No processo de alfabetização, por exemplo, o terapeuta ocupacional pode pensar postura, preensão, alternativas digitais, pausas, organização espacial e redução de barreiras sem transformar a escrita em treino mecânico.

2.8 Saúde mental, regulação sensorial e convivência escolar

A inclusão escolar também envolve saúde mental, bem-estar e regulação emocional. AOTA (2020) inclui fatores emocionais, sensoriais e sociais na compreensão do desempenho ocupacional. Muitos comportamentos considerados inadequados podem ser respostas a ambientes imprevisíveis, excesso de estímulos, tarefas inacessíveis, comunicação insuficiente ou experiências de exclusão. A Terapia Ocupacional contribui ao analisar esses elementos e propor estratégias preventivas, como rotina visual, pausas sensoriais, atividades proprioceptivas, organização do espaço e mediação de demandas.

Watroba et al. (2024) revisaram intervenções escolares de Terapia Ocupacional voltadas a crianças com TDAH e TEA, indicando a relevância de estratégias que considerem habilidades escolares e autorregulação. Essa reflexão mostra que a intervenção não deve esperar a crise acontecer. Ruídos, filas, mudanças de rotina, luz intensa ou instruções longas podem gerar sobrecarga. A escola pode organizar previsibilidade, cantinho de regulação, fones abafadores, materiais táteis, tarefas em etapas e comunicação objetiva para ampliar participação e reduzir sofrimento.

Little, Cohen e Tomchek (2023) reforçam que a participação social de estudantes autistas em escolas depende de intervenções contextualizadas e de oportunidades reais de interação. A convivência, portanto, precisa ser planejada e mediada. Rodas de conversa, jogos cooperativos, duplas de apoio e projetos coletivos podem favorecer empatia e colaboração quando não expõem ou infantilizam o estudante. A Terapia Ocupacional ajuda a equipe a transformar a convivência em aprendizagem social, respeitando diferentes formas de comunicação e participação.

Souza, Prado e Rocha (2022) demonstram que as narrativas dos educadores revelam tensões e possibilidades da inclusão escolar. Essa escuta ajuda a

compreender que a saúde mental do aluno também depende das relações estabelecidas no ambiente. Quando a equipe compartilha responsabilidades, evita leituras culpabilizantes e constrói estratégias coletivas, o estudante tende a sentir-se mais seguro. A Terapia Ocupacional pode apoiar esse processo ao favorecer uma cultura escolar menos centrada no problema e mais comprometida com pertencimento e cuidado.

2.9 Evidências científicas e desafios da atuação escolar

A produção científica recente fortalece a discussão sobre a Terapia Ocupacional no contexto escolar. Seoane-Martín e Rodríguez-Martínez (2023), em revisão sistemática, analisam o papel do terapeuta ocupacional na escola para crianças com necessidades adicionais de apoio, indicando contribuições para participação e desempenho funcional. Essa evidência reforça que a atuação escolar precisa ser planejada, vinculada aos objetivos educacionais e avaliada por resultados concretos, como autonomia, engajamento, interação, adaptação das atividades e redução de barreiras.

Jeong (2024) investigou um programa de Terapia Ocupacional escolar com crianças com deficiência em escola elementar na Coreia, apontando efeitos relacionados à atenção, adaptação escolar, processamento sensorial e função motora. O estudo não deve ser copiado mecanicamente para a realidade brasileira, mas permite refletir sobre a importância de programas sistemáticos. Em escolas públicas, a intervenção precisa considerar recursos disponíveis, cultura institucional, participação da família e articulação com professores, para que as estratégias sejam viáveis e sustentáveis.

Watroba et al. (2024) sintetizam evidências sobre intervenções escolares para crianças com TDAH e TEA, contribuindo para pensar práticas mais fundamentadas. Essa perspectiva baseada em evidências não elimina a singularidade do aluno; ao contrário, ajuda a integrar conhecimento científico, experiência profissional, valores da família e realidade escolar. A Terapia Ocupacional precisa evitar práticas genéricas e justificar suas ações com base em objetivos observáveis, como melhora da

participação, uso funcional de recursos, permanência na atividade e interação com pares.

Pereira, Borba e Lopes (2021) indicam que ainda existem desafios para consolidar a Terapia Ocupacional como campo de atuação na educação brasileira. Entre eles, estão a indefinição de fluxos, a fragmentação entre saúde e educação e a tendência de buscar o terapeuta apenas em situações de crise. A reflexão crítica é que a profissão não deve reforçar a medicalização da escola. Sua contribuição maior está em apoiar práticas pedagógicas inclusivas, acessibilidade, colaboração e transformação dos contextos.

2.10 Proposta de atuação da Terapia Ocupacional em projetos educacionais inclusivos

Uma proposta de atuação da Terapia Ocupacional em projetos educacionais inclusivos pode iniciar pelo diagnóstico ocupacional do contexto escolar. Calheiros et al. (2024) mostram a importância de planejar, implementar e avaliar ações em redes de apoio à inclusão. Nessa primeira etapa, o terapeuta ocupacional observa espaços, rotinas, mobiliários, materiais, projetos, interações e momentos de exclusão. O objetivo não é fiscalizar a escola, mas compreender como as ocupações escolares acontecem e quais ajustes podem ampliar participação.

A segunda etapa consiste na escuta dos sujeitos envolvidos. Souza, Prado e Rocha (2022) evidenciam que as narrativas de educadores oferecem pistas importantes para a atuação da Terapia Ocupacional. Professores, AEE, gestão, famílias e estudantes devem participar da identificação das demandas. A criança também precisa ser ouvida conforme sua forma de comunicação. Seus interesses podem orientar intervenções mais significativas, como atividades com plantas, animais, tecnologia, desenho, movimento ou cuidado ambiental. A escuta transforma o planejamento em ação compartilhada.

A terceira etapa corresponde ao planejamento das estratégias de acessibilidade. WFOT (2016) orienta que as ações escolares do terapeuta ocupacional estejam relacionadas às necessidades do estudante e aos objetivos educacionais. Em projetos como compostagem, jardinagem, hidroponia ou robótica, cada tarefa pode ser

analisada quanto às demandas motoras, sensoriais, cognitivas, comunicacionais e sociais. A partir disso, definem-se adaptações de materiais, funções de participação, recursos visuais, tecnologias assistivas, pausas e formas alternativas de registro.

A quarta etapa é a implementação com avaliação contínua. AOTA (2020) destaca que a intervenção em Terapia Ocupacional envolve monitoramento de resultados e ajustes conforme o desempenho ocupacional. Um recurso que funciona individualmente pode precisar de alterações na sala com muitos estudantes. Por isso, devem ser observados indicadores como autonomia, engajamento, interação, redução de barreiras, satisfação do aluno e viabilidade para o professor. Esse ciclo fortalece uma cultura inclusiva e torna os projetos pedagógicos mais acessíveis a todos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Terapia Ocupacional apresenta importantes contribuições para a inclusão escolar de alunos da Educação Especial, especialmente quando compreende a escola como espaço de ocupações significativas e não apenas como local de transmissão de conteúdos. Sua atuação favorece a análise das relações entre aluno, atividade e ambiente, permitindo identificar barreiras e construir estratégias de participação. Ao atuar com professores, AEE, gestão, família e demais profissionais, o terapeuta ocupacional fortalece práticas colaborativas e amplia as condições de permanência, aprendizagem e autonomia.

O estudo evidenciou que a inclusão exige planejamento e compromisso institucional. A presença física do estudante na escola comum não garante participação. É necessário garantir acessibilidade, tecnologia assistiva, adaptações metodológicas, comunicação funcional, regulação sensorial, convivência respeitosa e oportunidades reais de pertencimento. A Terapia Ocupacional contribui para que esses elementos sejam pensados de forma integrada, evitando intervenções isoladas ou centradas exclusivamente no diagnóstico.

Os projetos pedagógicos inclusivos demonstram que práticas vinculadas à aprendizagem ativa, à cooperação, à criatividade, à sustentabilidade, à tecnologia e à convivência podem criar oportunidades potentes para a inclusão escolar. Atividades como oficinas, jogos cooperativos, experiências práticas, projetos interdisciplinares,

uso de recursos digitais e propostas de cuidado com o ambiente permitem múltiplas formas de participação e aprendizagem. Com apoio da Terapia Ocupacional, essas atividades podem ser planejadas desde o início de modo acessível, favorecendo o engajamento de alunos com diferentes necessidades.

Conclui-se que a Terapia Ocupacional não substitui o trabalho docente, mas complementa e fortalece a ação pedagógica ao oferecer conhecimento técnico sobre ocupação, funcionalidade, autonomia, acessibilidade e participação. Sua contribuição é especialmente relevante quando articulada ao projeto político-pedagógico, às políticas de Educação Especial e à rede intersetorial. Para avançar, recomenda-se que as escolas ampliem espaços de diálogo entre educação e saúde, registrem experiências exitosas, promovam formação continuada e desenvolvam práticas avaliativas centradas na participação dos estudantes. Dessa forma, a inclusão deixa de ser discurso e se transforma em experiência cotidiana de justiça, aprendizagem e humanidade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION. **Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process**. 4th ed. American Journal of Occupational Therapy, v. 74, suppl. 2, 2020. Disponível em: https://research.aota.org/ajot/article/74/Supplement_2/7412410010p1/8382/. Acesso em: 06 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 06 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 06 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 06 jun. 2026.

<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO392838022>CALHEIROS, David dos Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves; DOUNIS, Alessandra Bonorandi; SANTOS, Emanuele Mariano de Souza; SILVA, Flávia Calheiros da; NABUCO, Thaís Quintela de Andrade. **Planning, implementation, and evaluation of occupational therapists' actions in a support network for school inclusion.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 32, spe1, e3803, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO392838022>.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas.** 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

<https://doi.org/10.1186/s40359-024-01520-3>JEONG, Eun-Hwa. **Effects of school-based occupational therapy program for children with disabilities in elementary school in Korea: a case study.** BMC Psychology, v. 12, n. 1, p. 26, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40359-024-01520-3>.

<https://doi.org/10.5014/ajot.2023.77S10018>LITTLE, Lauren M.; COHEN, Samantha R.; TOMCHEK, Scott D. **Interventions to Support Social Participation for Autistic Children and Adolescents in Schools (2013-2021).** American Journal of Occupational Therapy, v. 77, suppl. 1, 7710393180, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5014/ajot.2023.77S10018>.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2072>PEREIRA, Beatriz Prado; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; LOPES, Roseli Esquerdo. **Terapia ocupacional e educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e para a escola no Brasil.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 29, e2072, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2072>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano 12, p. 10-16, mar./abr. 2009.

<https://doi.org/10.3390/children10081291>SEOANE-MARTÍN, Marta Elisa; RODRÍGUEZ-MARTÍNEZ, María Carmen. **Potential Role of Occupational Therapist Intervention in Elementary School for Children with Additional Support Needs: A Systematic Review.** Children, v. 10, n. 8, 1291, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/children10081291>.

<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v32i1-3pe204809>SOUZA, Camila Cristina Bortolozzo Ximenes de; PRADO, Pérola; ROCHA, Eucenir Fredini. **Educators' narratives about school inclusion of students with disabilities in regular schools: indications for occupational therapy in the field of education.** Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 32, n. 1-3, e204809, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v32i1-3pe204809>.

<https://doi.org/10.1080/19411243.2023.2224793>WATROBA, Anni; LUTTINEN, Johanna; LAPPALAINEN, Pirjo; TOLONEN, Jonna; RUOTSALAINEN, Heidi.
Effectiveness of School-Based Occupational Therapy Interventions on School Skills and Abilities Among Children with Attention Deficit Hyperactivity and Autism Spectrum Disorders: Systematic Review. Journal of Occupational Therapy, Schools, & Early Intervention, 2024. DOI:
<https://doi.org/10.1080/19411243.2023.2224793>.

WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS. **Occupational Therapy Services in School-Based Practice for Children and Youth.** London: WFOT, 2016. Disponível em: <https://wfot.org/>. Acesso em: 06 jun. 2026.